

Sumário

AGRADECIMENTOS	11
PREFÁCIO.....	13
INTRODUÇÃO.....	21
CAPÍTULO 1 Processos de organização da cultura e a institucionalização do Serviço Social — demarcações do princípio educativo da prática do assistente social	47
O conformismo mecanicista como princípio educativo no processo de institucionalização do Serviço Social.....	47
O compromisso fordista/keynesiano — Base da cultura do “bem-estar”	83
CAPÍTULO 2 Perfis pedagógicos da prática do assistente social — Formas de inserção profissional em processos de organização da cultura	99
Serviço Social e a pedagogia da “ajuda”	100
Serviço Social e a pedagogia da “participação”	125
Serviço Social e o movimento de construção de uma pedagogia emancipatória pelas classes subalternas	151

CAPÍTULO 3 Tendências atuais da função pedagógica do assistente social na sociedade brasileira — Recomposição dos perfis pedagógicos da prática profissional	193
Serviço Social e a reconstituição de princípios educativos na organização da cultura	195
Metamorfoses da “ajuda” e da “participação” e a reatualização da função pedagógica tradicional do assistente social	220
Serviço Social e os desafios da construção de uma pedagogia emancipatória: entre o horizonte da cultura do “bem-estar” e o da superação da ordem capitalista	242
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	261
REFERÊNCIAS	273

Agradecimentos

A Dumont, companheiro amoroso de todas as horas, grande incentivador do meu crescimento intelectual e referência maior da minha força para nunca desanimar;

a Josefa e Franci, grandes amigas, elos profundos nos ideais, conquistas e lutas cotidianas;

a Carmelita, orientadora solidária e interlocutora crítica, pelo estímulo e respeito intelectual;

a Zulene, pelo acolhedor apoio e interlocução enriquecedora;

a Beatriz, pela leitura minuciosa de uma parte deste trabalho e criteriosas observações referentes a categorias gramscianas;

a Marinete, companheira solidária de longos anos, serena e efetiva presença em minha experiência doméstica;

às alunas do Curso de Serviço Social da UFMA, pela receptividade ao debate, interlocução e inquietações instigantes;

ao CNPQ, órgão que por intermédio da PUC-SP, concedeu-me uma bolsa indispensável na criação das condições financeiras para a realização desta obra;

ao Programa de Pós-Graduação da PUC-SP, exemplo de uma proposta pedagógica aberta e estimuladora do crescimento acadêmico-intelectual de gerações de assistentes sociais;

a Universidade Federal do Maranhão, especialmente ao compromisso dos professores do Departamento de Serviço Social com a capacitação docente, pela liberação para realizar o doutoramento;

aos professores Ricardo Antunes (Unicamp), Ana Elisabete Mota (UFPE), Mariangela Belfiore Wanderley (PUC-SP) e Maria Lúcia Martinelli (PUC-SP), integrantes da banca examinadora à qual este trabalho foi submetido, na condição de tese de doutorado, apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP, em junho/2001, pela oportunidade da interlocução intelectual e pelas substantivas críticas e sugestões.

Prefácio

Este livro que Marina Maciel Abreu, Professora no Departamento de Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, coloca à disposição da comunidade acadêmica de Serviço Social, em muitos aspectos vai além deste universo e, sem dúvida, pode contribuir, e muito, para diferentes áreas do saber e da prática social. Em particular, aquelas que se preocupam com a questão pedagógica e a formação da cultura.

Resulta de um estudo cuidadoso, originalmente apresentado como tese de doutorado no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, centrado, como diz a autora na introdução, “na função pedagógica do assistente social, como parte constitutiva do movimento de organização da cultura — modo ou sistema de vida, maneira de pensar e agir sob a hegemonia de uma classe”.

A sua publicação dá consequência a uma das mais relevantes indicações do pensamento de Gramsci sobre a cultura, expressa na epígrafe desta obra: “criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’. Significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializá-las’, por assim dizer, e, portanto, transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral”.

Assim, a difusão, nesta obra, das descobertas que Marina faz sobre o cunho pedagógico da prática dos assistentes sociais, repre-

senta uma relevante contribuição no processo de criação de uma nova cultura desses profissionais, desencadeada desde o movimento de reconceituação na América Latina, em torno do significado da relação orgânica que estabelecem com os diferentes projetos que na sociedade disputam a hegemonia.

Na impossibilidade de reproduzir, substancialmente, nos limites deste prefácio, todo o conjunto complexo de teses desenvolvido pela autora, evidenciamos suas teses centrais e algumas categorias analíticas tomadas como referências fundamentais na sua análise.

Como pesquisadora atenta ao movimento social, Marina resgata da dinâmica estrutural/conjuntural da sociedade a função pedagógica dos assistentes sociais, na trajetória histórica do Serviço Social, a partir de sua institucionalização, com aprofundamento da análise nos anos 1990, na sociedade brasileira. E, tendo a relação serviço social/cultura como núcleo temático da sua investigação, a autora desenvolve um aprofundamento teórico sobre o princípio educativo em Gramsci e demarca uma perspectiva analítica para o estudo da função pedagógica do assistente social.

Nessa demarcação analisa processos de organização da cultura, na sociedade capitalista, com destaque, como ponto de partida, às condições sócio-históricas da organização do americanismo, padrão cultural em que se define o conformismo mecanicista como princípio educativo na institucionalização do Serviço Social. Sobre este princípio educativo são apontadas, pela autora, algumas indicações de atualização, considerando a experiência do Welfare State em países avançados e seus simulacros, em países periféricos, experiência essa que tem o compromisso fordista/keynesiano como referência central; e da recomposição das bases político-culturais da hegemonia do capital nos marcos da sociedade contemporânea sob o neoliberalismo com destaque para os seus desdobramentos destrutivos, sobretudo nos países dependentes como é o caso do Brasil.

Esta discussão baseia-se na análise que faz, com originalidade, do pensamento gramsciano sobre o americanismo e o fordismo, destacando dois pontos fundamentais: o primeiro refere-se às preocupações

de Gramsci com a constituição do americanismo a partir do padrão fordista/taylorista, o que, para a autora, é uma referência fundamental para o entendimento da posterior expansão do referido padrão sob a regulação estatal nos moldes keynesianos no mundo capitalista e suas repercussões no Serviço Social; o segundo ponto diz respeito à influência do americanismo no processo de institucionalização do Serviço Social e a posterior difusão do projeto profissional definido a partir desse padrão cultural, bem como o desenvolvimento teórico-metodológico da profissão em que autora identifica a inscrição do Serviço Social no campo de influência do taylorismo ao mesmo tempo em que assinala o protagonismo do assistente social na difusão e expansão da racionalidade taylorista no âmbito das políticas assistenciais.

Orientada por esses elementos histórico-conceituais, Marina expressa em sua análise o entendimento de que é nos marcos da organização do americanismo que se engendram as condições sócio-históricas em que se intensifica o processo de institucionalização do Serviço Social e que a profissão consolida-se e expande-se nas três primeiras décadas do século XX. Esse processo consubstancia-se na organização e difusão do conjunto de inovações na produção e no trabalho, introduzidas com a linha de montagem, nos moldes fordistas/tayloristas integrado às estratégias de controle social em que se insere a necessidade de racionalização das práticas assistenciais, principal eixo da organicidade da inserção do Serviço Social nas relações sociais.

Na análise do processo histórico do Serviço Social nos anos 1990, na sociedade brasileira, Marina destaca a reestruturação das relações de produção e de trabalho que, com as exigências de reformas das funções do Estado, na mediação dessas relações, constituem o cerne das transformações ocorridas no interior do capitalismo, no final do século XX. Fortalece a crítica a estas transformações e dela resgata as tendências da função pedagógica dos assistentes sociais, face à necessidade de organização/reorganização da cultura posta pelas transformações sociais provocadas pela crise estrutural do capitalismo e pelas saídas neoliberais engendradas pelo capital à sua própria crise.

A autora move-se neste referencial, configura, de forma inovadora e criativa, perfis pedagógicos diferenciados, destacando estratégias educativas por ela denominadas pedagogias da “ajuda” e da “participação”, bem como a proposta de construção de uma pedagogia emancipatória pelas classes subalternas; identifica a reatualização desses perfis no bojo da recomposição das bases político-culturais dos projetos de hegemonia em confronto na sociedade, aos quais estas distintas estratégias educativas se vinculam.

É importante destacar — e Marina também o faz — que os perfis pedagógicos aqui configurados não se constituem em modelos ou modalidades de pedagogias que se sucedem na história do Serviço Social como profissão, mas indicam tendências construídas e reconstruídas historicamente, revelando a inserção dos assistentes sociais em processos contraditórios de organização da cultura, ao mesmo tempo em que são expressões da cultura desenvolvida por esses profissionais.

É com uma postura heurística inovadora e crítica que Marina configura, neste livro, a função pedagógica do Assistente Social em seus vínculos com as estratégias de assistência social e com os processos organizativos e lutas sociais das classes subalternas, na sociedade brasileira, ao longo de sua trajetória, apreendendo, na década de 1990, as tendências dessa função na organização/reorganização da cultura pelas classes sociais.

Esta análise constitui uma contribuição efetiva na apropriação do aporte gramsciano para pensar o Serviço Social na atualidade, pois reafirma e adensa o entendimento sobre a relação entre esta profissão e a cultura considerando a organicidade dos processos formadores de cultura com a racionalização da produção e do trabalho. Esta relação tende a ser dissimulada pela cultura dominante forjada a partir dos interesses do capital, que mistifica o real, inclusive todos os processos político-pedagógicos desencadeados no processo de formação dessa mesma cultura. Por isso, a cultura dominante não pode constituir-se uma “segunda natureza” por que imposta e contraposta à realidade, é subalternizante, não liberta o homem na construção de

respostas às suas necessidades, ou seja não expressa a transformação da necessidade em liberdade. Mas, a evidência da “força das coisas” como diria Gramsci, e, principalmente, a organização e reelaboração dessa força, como força política, isto é, como vontade coletiva autônoma das classes subalternas, apresenta-se como condição necessária, embora não suficiente, para a construção de uma nova cultura, por que emancipada e emancipadora.

A visão gramsciana de cultura, diferente do pensamento idealista e das propostas reformistas, está enraizada na relação orgânica estrutura/superestrutura, como mediação que corporifica nexos entre os interesses econômicos, políticos e ideológicos, conferindo à discussão pedagógica uma consequência teórico-política-social enriquecedora do debate e das práticas sociais na desmistificação da prática educativa dominante e na construção de processos educativos direcionados para a conquista da emancipação humana.

Sob esta ótica, a função pedagógica do assistente social é apreendida, nesta obra, em diferentes modalidades de objetivação através de estratégias de articulação entre interesses econômicos, políticos e ideológicos de classes, mediante a qual esta profissão inscreve-se nos processos de formação da maneira de pensar e agir própria de um determinado modo ou sistema de vida, em que a formação de subjetividades e normas de conduta são elementos moleculares.

A análise desenvolvida por Marina contribui, assim, para desfazer os equívocos politicistas que impregnam algumas interpretações do pensamento gramsciano e críticas sobre propostas de apropriação desse pensamento na construção da luta política no enfrentamento das desigualdades sociais aprofundadas na sociedade capitalista sob o neoliberalismo. Equívocos esses presentes não apenas na área do Serviço Social, embora nesta área tenham sido muito fortes seus efeitos destrutivos e desmobilizadores.

Assim, avançar nessa apropriação, vem significando um duplo desafio. Por um lado, o desafio traduz-se no enfrentamento da avalanche de críticas à tradição marxista e, particularmente da vertente gramsciana, patrocinadas pela onda liberalizante e conservadora, que

desqualificando as grandes narrativas identificadas como expressões do pensamento moderno, propugna substituí-lo pelo chamado pensamento pós-moderno. Por outro lado, esse desafio apresenta-se em relação ao resgate das lições gramsciana para além das leituras e críticas deformadas e enfiadas que limitam e estreitam a sua capacidade de explicação e orientação da prática política emancipadora, a despeito, obviamente, de sua atualidade e universalidade, reafirmando-as como referência para leitura e construção de respostas teórico-práticas aos problemas criados pela crise estrutural do capital que se aprofunda desde os anos 1970 do recém-findo século XX.

Marina assume esses desafios, contribuindo e beneficiando-se do debate político e intelectual, sobretudo, em suas expressões na área de Serviço Social — esta é uma área onde a influência de Gramsci se sobressai na produção acadêmica a partir do final dos anos 1970 do referido século — e, em sua inserção em lutas sociais como docente e profissional militante. Aqui cabe falarmos da nossa experiência coletiva, situando esta elaboração individual em seu enraizamento no processo político intelectual e na interlocução que construímos como um grupo de professoras de Serviço Social vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão, do qual Marina é uma das protagonistas mais ativas.

Esse grupo encontra no pensamento gramsciano fonte de inspiração e ferramenta para a prática política e intelectual vivenciada nesses trinta anos de trajetória profissional. Nessa trajetória a questão pedagógica em Serviço Social aflora como temática, isto é, no bojo dos estudos teóricos e da construção de processos interventivos considerando a relação orgânica do Serviço Social na sociedade. A profunda identificação e compromisso da pesquisadora com a questão pedagógica em Serviço Social fica evidenciada na centralidade desta temática em todo o seu desenvolvimento intelectual.

Este livro, por todo o conjunto de complexidade que aborda e pela profundidade e originalidade das teses defendidas pela autora, aponta elementos inovadores ao debate sobre a função pedagógica do assistente social cuja reatualização exige o enfrentamento político-acadêmico

com criticidade a partir de instrumentos teórico-metodológicos e político-ideológicos adequados. Nesta perspectiva, esta produção intelectual apresenta-se como uma contribuição substantiva.

Portanto, prefaciá-lo é motivo de muito orgulho, emoção, alegria e prazer, tanto pelo valor imensurável de sua obra, quanto pelos profundos elos que nos aproximam, pela identidade de ideais, conquistas e lutas políticas; e pela grande amizade que construímos durante o nosso percurso intelectual e acadêmico-político.

São Luís, setembro de 2002

Franci Gomes Cardoso

Josefa Batista Lopes

Introdução

Esta obra tem como objeto central *a função pedagógica do assistente social*, demarcada a partir de sua inscrição nos processos de organização da cultura — elementos constitutivos das relações de hegemonia.

O pressuposto básico deste estudo é que a função pedagógica do assistente social em suas diversidades é determinada pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática. Tal função é mediatizada pelas relações entre o Estado e a sociedade civil no enfrentamento da questão social, integrada a estratégias de racionalização da produção e reprodução das relações sociais e do exercício do controle social. As estratégias às quais o Serviço Social se vincula são objetivadas por meio de políticas sociais públicas e privadas, principalmente as de corte assistencial, e em menores proporções, via políticas de formação e gestão de recursos humanos nas instâncias da produção material, da circulação de mercadorias, da distribuição da riqueza; e nos processos de luta e resistência das classes subalternas, tendo em vista sua reprodução plena e constituição autônoma como classe contraposta à ordem do capital.

As relações pedagógicas que se estabelecem nessas mediações, concretizam-se sob a forma de ação material e ideológica, nos espaços cotidianos de vida e de trabalho de segmentos das classes subalternas diretamente envolvidos nos processos da prática profissional,

interferindo na reprodução física e subjetiva desses segmentos e na própria constituição do Serviço Social como profissão. Por meio do exercício desta função, a prática do assistente social insere-se no campo das atividades que incidem sobre a organização da cultura, constituindo-se elemento integrante da dimensão político-ideológica das relações de hegemonia.

Este estudo sobre a função pedagógica do assistente social, no contexto dos processos de organização da cultura pelas classes sociais, sustenta-se na tradição marxista, privilegiando o conceito gramsciano de cultura, entendido em sua vinculação às relações de hegemonia, e encaminha-se para uma apreensão mais aproximada do real a partir de indicações pertinentes às condições concretas do desenvolvimento do Serviço Social na sociedade brasileira.

Deste modo, coloca-se como exigência recuperar o nexo Serviço Social/Cultura — núcleo temático desta investigação —, mediante o desenvolvimento de uma incursão teórica sobre o princípio educativo em Gramsci, demarcando-se uma perspectiva analítica para o estudo da função pedagógica do assistente social, no contexto sócio-histórico do desenvolvimento do capitalismo monopolista, considerando sua vinculação a projetos diferenciados de cultura.

O princípio educativo na formulação gramsciana consubstancia-se na relação entre a racionalização da produção e do trabalho e a formação de uma ordem intelectual e moral, sob a hegemonia de uma classe. Gramsci, em sua crítica sobre essa relação a partir das experiências do americanismo e do fordismo¹ — expressões paradigmáticas da cultura e hegemonia burguesas no capitalismo monopolista — expõe

1. Nesta obra, desenvolvo um aprofundamento sobre questões pertinentes ao americanismo e o fordismo conforme a análise gramsciana, a partir da qual o nexo americanismo/fordismo refere-se à constituição da hegemonia da burguesia industrial americana — americanismo — erigida sob um padrão de racionalização do produção e do trabalho — fordismo, consubstanciado na filosofia e técnicas organizacionais tayloristas. Tal padrão tem seu início nas primeiras décadas do século XX, aprofundando-se e expandindo-se, mundialmente, após a Segunda Guerra Mundial, associado à regulação do Estado keynesiano. A combinação fordismo/taylorismo/keynesianismo resulta na constituição do *Welfare State* — um reordenamento societário sob o domínio do capital — cuja experiência em países avançados mantém-se por três décadas.

as raízes do seu conceito de cultura, como *civiltá* (modo de vida, de sentir, de pensar e de agir). Considera o fenômeno norte-americano “o maior esforço coletivo realizado até agora para criar, com rapidez incrível e com uma consciência do fim jamais vista na História, um tipo novo de trabalhador e de homem” (Gramsci, 1976, p. 396), adequado às necessidades do modelo fordista/taylorista de produção e trabalho. Nessa análise, o referido pensador marxista reelabora o princípio educativo na mesma relação, isto é, entre a construção de um padrão produtivo e de trabalho e a organização de uma ordem intelectual e moral pelas classes subalternas, princípio esse que se objetiva na constituição de um processo mais amplo de superação da racionalidade da produção capitalista pelas citadas classes e instauração de uma nova e superior cultura — uma nova sociabilidade.

Nesta perspectiva, inscreve-se a análise gramsciana sobre a questão pedagógica, vinculando-a ao amplo processo de luta de classes pela hegemonia na sociedade. Para Gramsci, (1978a, p. 46) “cada relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica”, não limitando esta pedagogia “às relações especificamente ‘escolásticas’, pelas quais as novas gerações entram em contato com as antigas e delas absorvem experiências e valores historicamente necessários, ‘amadurecendo’ e desenvolvendo uma personalidade própria, histórica e culturalmente superior”, mas situando-a “em toda a sociedade no seu conjunto e para cada indivíduo em relação a outros indivíduos, entre grupos intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e sequazes, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguardas e corpos de exército”. Esta relação se verifica “não só no interior de uma nação, entre forças que a compõem, mas também em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais”.

O citado pensador e militante marxista dedica-se a uma profunda análise sobre o princípio educativo, em que o trabalho é entendido como elemento constitutivo do processo educativo desde a escola elementar.

As preocupações gramscianas com a formação escolar em seus diferentes níveis residem na necessidade de criação de um tipo de

escola democrática em contraposição à escola tradicional oligárquica vinculada aos interesses dos grupos dirigentes. Considera que

não é a aquisição de capacidades diretivas, não é a tendência de formar homens superiores que dá a marca social de um tipo de escola. A marca social é dada pelo fato de que cada grupo social tem um tipo de escola próprio, destinado a perpetuar nestes grupos uma determinada função tradicional, diretiva ou instrumental. Se se quer destruir esta trama, portanto, deve-se evitar a multiplicação e graduação dos tipos de escola profissional, criando-se, ao contrário, um tipo único de escola preparatória (elementar — média) que conduza o jovem até os umbrais da escola profissional, formando-o entretantes como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige (Gramsci, 1979, p. 136).

Em relação ao nexos entre relações pedagógicas e cultura, segundo as formulações gramscianas, duas grandes polêmicas podem ser destacadas, cujo enfrentamento coloca-se como uma necessidade teórico-política, considerando as implicações diretas das mesmas no entendimento da questão pedagógica, tendo em vista a organização de uma nova cultura pelas classes subalternas no processo de constituição da hegemonia dessas classes na sociedade. Uma polêmica refere-se à tendência de redução das funções de hegemonia à direção intelectual e moral, excluindo desse conceito as funções de domínio; a outra, derivada do enraizamento desta categoria na sociedade civil, expressa-se na tendência de restrição desta última categoria à sua dimensão superestrutural — organismos político-ideológicos privados de hegemonia —, redundando na desconsideração do seu componente econômico (estrutural).

Estas tendências traduzem equívocos que convergem para um viés politicista, voluntarista e tendem a esvaziar a discussão sobre a questão pedagógica do nexos orgânico que lhe é inerente, consubstanciado na necessidade histórica de organização de determinada cultura adequada às exigências de um padrão de racionalização da produção e do trabalho, sob a hegemonia de determinada classe.

Daí resulta uma visão mistificada e mistificadora das relações pedagógicas e da função destas no conjunto das relações sociais, que, assim, se apresentam superdimensionadas e encerradas em si mesmas,

colocadas, sob o ponto de vista dos interesses dominantes, como mecanismos de integração e promoção sociais, embora de fato constituam formas de persuasão e coerção das classes subalternas para a adesão e consentimento à exploração e dominação capitalistas. O ocultamento do nexos orgânico inerente às relações pedagógicas induz e conduz, por um lado, à dissimulação dos direcionamentos da ação educativa vinculada aos interesses dominantes, constituindo-se poderoso instrumento de legitimação do domínio e controle sociais, na medida em que contribui para o aprofundamento das relações de subalternização, mediante o consentimento dos sujeitos envolvidos; e, por outro lado, em relação aos interesses históricos das classes subalternas, o encaminhamento de processos educativos, quando não considera essa organicidade, acaba confundindo-se com as estratégias e mecanismos persuasivos dominantes e, conseqüentemente, fragiliza-se e distancia-se da perspectiva emancipatória das referidas classes.

Sob este prisma, é possível entender a intensificação do processo de racionalização da assistência nos marcos históricos da organização do americanismo — como cultura — e, posteriormente, sua reatualização nos processos de organização da chamada cultura do bem-estar, que se instaura a partir dos anos 1930 e se consolida no pós-Segunda Guerra Mundial nos países avançados com o desenvolvimento do padrão societário denominado *Welfare State*. Tal padrão tem por base o chamado compromisso fordista/keynesiano e se difunde mundialmente sob a hegemonia dos Estados Unidos. A assistência social nesses processos de organização da cultura vincula-se à necessidade inerente à reprodução do capital de reatualizar as práticas assistenciais imprimindo às mesmas um cunho “educativo ressocializador”, como mecanismos de controle social acionados para obter a adesão e o consentimento das classes subalternas ao padrão de acumulação instaurado a partir de então. E mais do que isso, a assistência social passa a ser um mecanismo pedagógico constitutivo de processos de organização da cultura,² recolocando-se como uma modalidade de acesso do

2. Em relação ao processo de organização da cultura nos marcos históricos da experiência do *Welfare State*, merece destacar que este processo valeu-se da assimilação/redireciona-

trabalhador a bens e serviços para o atendimento de necessidades básicas, envolvendo um complexo processo de manipulação ideológica sobre a realidade de vida desse trabalhador, bem como sobre os recursos institucionais. A assistência social encerra, pois, um componente material que é referência concreta de determinada pedagogia; e como tal, historicamente, constitui o eixo principal da organicidade da inserção do Serviço Social nas relações sociais (Lopes, 1998), isto é, de sua institucionalização e desenvolvimento na sociedade capitalista.

A discussão crítica sobre o significado histórico da assistência social, desde os anos 1960, no contexto do movimento de Reconceitualização do Serviço Social na América Latina, nem sempre tem conseguido desvendar seu cunho educativo mistificador, apesar dos avanços da contribuição intelectual e inserção política dos assistentes sociais nesse campo interventivo em que situo, sobretudo, o protagonismo de profissionais brasileiros no processo constituinte de 1988, numa luta que culmina com a inscrição da assistência social no campo dos direitos sociais, incorporados à Constituição brasileira. Todavia, nem as mudanças introduzidas no âmbito legal-institucional, nem as experiências daí resultantes significaram uma superação do assistencialismo e filantropismo na trajetória dessas práticas no país e de seus efeitos subalternizantes perversos sobre as classes subalternas.

Deste modo, a função pedagógica do assistente social, integrada a mediações que realizam a racionalização da produção e da reprodução social e o exercício do controle social — campo interventivo em que se vincula predominantemente a prática dos assistentes sociais —, principalmente via assistência social e demais políticas sociais, tende a manter-se mistificada, ao mesmo tempo em que é instrumento

mento e da criação/recriação de mecanismos e instituições pedagógicas necessárias à elaboração de uma nova concepção de mundo (implícita na arte, no direito, na economia, enfim, em todas as manifestações da vida individual e coletiva) e sua transformação em normas de conduta. Neste sentido, este processo é mediatizado, principalmente, pela ação educativa do Estado (via, sobretudo, instituições tradicionais — como a escola e os tribunais —, institutos legais, políticas trabalhistas e de seguridade social, aparatos coercitivos), bem como pela religião, pela arte, pela literatura, pelo folclore, pelos processos organizativos da sociedade civil e lutas sociais.

de mistificação das relações sociais, das quais a prática profissional é parte e sobre as quais esta prática se concretiza.

Como premissa de uma discussão crítica sobre essa temática assumo o ponto de vista de que a prática profissional vincula-se à necessidade de organização da cultura pelas classes sociais na luta pela hegemonia, face às exigências de um padrão de produção e trabalho.

O enfrentamento das polêmicas em relação ao entendimento das categorias hegemonia e sociedade civil, anteriormente mencionadas, presentes nonexo entre pedagogia e cultura, coloca-se, então como uma exigência para encaminhar este estudo sobre a função pedagógica do assistente social, tendo em vista o fortalecimento da perspectiva emancipatória das classes subalternas.³

Deste modo, neste estudo a demarcação e análise da função pedagógica do assistente social sustenta-se numa base teórica centrada no processo de organização da cultura pelas citadas classes, a partir de uma posição frente às polêmicas apontadas, cujos aspectos centrais resumidamente são expostos a seguir.

A organização da cultura pelas classes subalternas a partir da referência gramsciana apresenta-se como constituinte do movimento

3. A perspectiva emancipatória das classes subalternas vincula-se à sua constituição como classe hegemônica. A concepção gramsciana de classes subalternas refere-se à unidade do operariado industrial e do campesinato na luta pela hegemonia na sociedade italiana, no início deste século. A perspectiva teórica de constituição das classes subalternas como classe hegemônica é, pois, desenvolvida no marco das reflexões sobre as classes dominantes e dirigentes, considerando as relações de domínio e direção intelectual e moral no movimento histórico da sociedade. Esta é uma categoria polêmica, em cujo debate inscrevem-se as contribuições desenvolvidas no campo do Serviço Social. Dessas contribuições, destacam-se as formulações de Yazbek (1993) e Cardoso (1995) a partir das quais assumo o ponto de vista de que tal categoria dá conta de um conjunto de situações de exploração e dominação a que estão submetidos vastos segmentos da sociedade. Assim, contempla: “todos os segmentos da sociedade capitalista que não possuem os meios de produção e estão, portanto, sob o domínio econômico, político e ideológico das classes que representam o capital no conjunto das relações de produção e das relações de poder: assalariados dos setores caracterizados como primário, secundário e terciário (elementos dos setores produtivo e improdutivo); os que exercem atividade manual e os que exercem atividade não manual e intelectual. Incluem-se, ainda, os segmentos não incorporados ao mercado de trabalho, que são os trabalhadores em potencial, inclusive o exército industrial de reserva, que é um segmento extremamente funcional ao capitalismo” (Cardoso, 1995, p. 62-3).

histórico real de organização dessas classes como classe para-si,⁴ significando, num primeiro momento, o rompimento com a ideologia dominante e a conquista da própria consciência, a qual se consubstancia na elaboração de uma concepção de mundo e da vida, “em grande medida implícita, de determinados estratos (determinados no tempo e no espaço) da sociedade, em contraposição (também no mais das vezes implícita, mecânica, objetiva) com as concepções de mundo ‘oficiais’ (ou em sentido mais amplo, das partes cultas da sociedades historicamente determinadas), que se sucederam no desenvolvimento histórico” (Gramsci, 1978b, p. 184). A partir dessa concepção, a referida classe adquire condições para perceber-se autonomamente, “diferenciar-se e contrapor-se como visão de mundo às demais classes, afirmar-se como projeto para si e para a sociedade; ser direção das classes subalternas e dominadas na construção de uma nova forma civilizatória” (Dias, 1996a, p. 10).

Este pressuposto consubstancia-se na tese de Marx e Engels, afirmada em *A ideologia alemã* (1993, p. 49), segundo a qual “toda classe

4. A tradição marxista distingue duas dimensões da existência das classes: uma, objetivamente dada, correspondente às condições materiais de sua existência, criando a classe em si; outra, subjetivamente construída, dependendo da formação da consciência de classe — elaboração intelectual e organização dos sujeitos implicados —, produzindo a classe para si. Marx, em “A miséria da filosofia” (1985), precisa essa distinção em sua análise sobre a sociedade burguesa, considerando o processo de desenvolvimento da classe subordinada nos seguintes termos: “A grande indústria aglomera num mesmo local uma multidão de pessoas que não se conhecem. A concorrência divide os seus interesses. Mas a manutenção do salário, este interesse comum que têm contra o seu patrão, os reúne num mesmo pensamento de resistência — a coalizão. A coalizão, pois, tem sempre um duplo objetivo: fazer cessar entre elas a concorrência, para poder fazer uma concorrência geral ao capitalista. Se o primeiro objetivo da resistência é apenas a manutenção do salário, à medida que os capitalistas, por seu turno, se reúnem em um mesmo pensamento de repressão, as coalizões, inicialmente isoladas, agrupam-se e, em face do capital sempre reunido, a manutenção da associação torna-se para elas mais importante do que a manutenção do salários [...]. Nesta luta — verdadeira guerra civil —, reúnem-se e se desenvolvem todos os elementos necessários a uma batalha futura. Uma vez chegada a este ponto, a associação adquire um caráter político.

As condições econômicas, inicialmente, transformaram as massas do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Esta massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta, de que assinalamos algumas fases, esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política” (Marx, 1985, p. 158-9).

que aspira à dominação, mesmo que essa dominação, como no caso do proletariado, exija a superação de toda a antiga forma de sociedade e de dominação em geral, deve conquistar primeiro o poder político para apresentar seu interesse como interesse geral ao qual está obrigado num primeiro momento”. Gramsci assimila de forma criativa esta tese em sua análise sobre a sociedade italiana e reconstrói a categoria de hegemonia como direção intelectual e moral e domínio político exercidos por uma classe, em determinadas condições históricas.

No pensamento gramsciano, as exigências históricas da construção da hegemonia pelas classes subalternas como estratégia revolucionária redefinem o lugar da cultura como condição necessária do processo de emancipação político-ideológica dessas classes, do qual faz parte a luta pela constituição e redimensionamento das relações de força e a conquista do poder do Estado. Este processo integra o amplo movimento ideológico-político-militar de superação da ordem burguesa e da construção de uma nova sociabilidade pelas referidas classes, todavia, as formulações gramscianas nos marcos da estratégia revolucionária da “guerra de posição” suscitam ambiguidades e polêmicas,⁵ considerando, sobretudo, a ênfase dada à reforma intelectual e moral como condição necessária, mas não suficiente à tomada do poder estatal, que, para muitos críticos, aparece como centralidade da luta e, por isso mesmo, tratada como única expressão das funções de hegemonia.

5. É exemplar a forma como Anderson (1986, p. 65) assinala eixos dessas polêmicas: “A estratégia revolucionária na análise de Gramsci torna-se uma longa guerra de trincheiras, imóvel entre dois campos fixos, no qual um procura minar o outro cultural e politicamente. O cerco é recíproco, escreveu Gramsci, concentrado, difícil, demandando excepcionais qualidades de paciência e de criatividade. Não há dúvida que o perigo do aventureirismo desaparece nesta perspectiva, com sua esmagadora ênfase na conquista ideológica das massas como um objetivo central da luta, a ser conseguido unicamente pela busca de uma frente única no seio da classe operária. Mas o que acontece com a fase da insurreição mesma — o assalto e a destruição da máquina estatal — que para Marx e Lenin era inseparável da revolução proletária? Gramsci nunca abandonou os princípios fundamentais do marxismo clássico quanto à necessidade final da tomada do poder do Estado pela violência, mas, ao mesmo tempo, a sua fórmula estratégica para o Ocidente falha em integrá-los. A mera oposição da ‘guerra de posição’ à ‘guerra de movimento’ em qualquer estratégia marxista, ao final, torna-se uma oposição entre reformismo e aventureirismo.”

Em contraposição à essa tendência, concordo com o ponto de vista de que “Gramsci não descarta, aliás afirma, a necessidade de liquidar, pela força das armas, eventuais inimigos”. As funções de hegemonia abrangem, portanto, “direção e depois direção+domínio, mas entre ambos os momentos há um interregno de ruptura, pois nenhuma classe social armada e dominante cede seu poder militar e seus privilégios só por convencimento” (Secco, 1996, p. 86).

Deste modo, a reforma intelectual e moral como um amplo movimento de crítica e destruição da cultura dominante e elaboração de uma nova cultura corresponde à constituição de um “terreno para um desenvolvimento ulterior da vontade coletiva nacional-popular no sentido de alcançar uma forma superior e total de civilização moderna” (Gramsci, 1976, p. 8-9).

Assim, a formação de uma vontade coletiva⁶ pelas classes subalternas — categoria complexa onde se evidenciam os nexos contraditórios entre as citadas dimensões superestruturais e a base econômica na constituição de um novo bloco histórico, de uma nova hegemonia apresenta-se como “possibilidade inscrita na totalidade social” (Dias, 1996a, p. 14), sendo, portanto, considerada neste estudo uma referência importante para uma compreensão sobre a questão pedagógica como parte das mediações que articulam as dimensões econômica e político-cultural a partir das relações de força na constituição da hegemonia pelas classes subalternas.

Sob este ângulo de análise, é entendido o enraizamento do aparelho de hegemonia na sociedade civil considerada em sua dupla dimensão, isto é, político-ideológica e econômica; assim como a concretização das funções de direção e domínio nas mediações que corporificam a relação entre a sociedade civil e o Estado. As funções de hegemonia (direção e domínio) na concepção gramsciana dão conta das estruturas de poder burguês no Ocidente e das possibilidades de destruição/construção das mesmas estruturas pelas classes subalternas,

6. A vontade coletiva como expressão de um processo de reforma intelectual e moral desenvolvido pelas classes subalternas, refere-se à “consciência atuante de uma necessidade histórica como protagonista de um real e efetivo drama histórico” (Gramsci, 1978a, p. 152).

estando essas funções associadas ao movimento da sociedade civil na relação orgânica que essa instância estabelece com o Estado.

Assim, importa considerar que o conceito de hegemonia, inicialmente construído como um dos lemas políticos centrais no movimento social-democrata russo do fim dos anos 1890 a 1917 (Anderson, 1986, p. 16), expressando o papel preponderante do proletariado em uma revolução burguesa russa como protagonista de uma perspectiva revolucionária na luta pela libertação de todas as classes e de todos os grupos oprimidos, reduz à função de direção no interior dessa classe. Amplia-se, posteriormente, para explicar a dominação burguesa sobre o proletariado numa sociedade capitalista estabilizada, passando a contemplar as funções de direção e domínio, consideradas como expressões da supremacia por Gramsci. A categoria de hegemonia é reconstruída por Gramsci como um processo, a partir das condições históricas de seu desenvolvimento comparando dois processos particulares:

o primeiro, a unificação italiana; o segundo, a revolução socialista (não explicitada). De um, ele extrai lições estratégicas para o outro, posto que ele não era um estudioso 'desinteressado', mas sim um líder comunista que buscava construir um novo caminho para o socialismo nos países capitalistas avançados. Quando fala em hegemonia incluindo 'domínio', refere-se à burguesia industrial italiana, classe proprietária, assentada num modo de produção que já se desenvolvera no interior da formação social feudal; ao generalizar as lições para os socialistas, ele fala em hegemonia política como direção de classes aliadas antes da conquista do poder político e como direção+domínio depois (Secco, 1996, p. 86).

Portanto, consiste um erro de interpretação reduzir o conceito gramsciano de hegemonia à sua dimensão político-cultural. Assim, as preocupações de Gramsci com a questão político-cultural podem ser entendidas considerando as condições de dominação às quais estavam submetidas as classes subalternas, bem como ao seu consentimento voluntário a essa dominação, participando e legitimando suas instituições, fator determinante da resistência do poder capitalista,

nos países ocidentais, aos processos revolucionários do tipo “guerra de movimento” no final do século XIX e início do XX. Nesses contextos, as crises e irrupções do elemento econômico não foram suficientes para garantir a vitória dos processos revolucionários, de vez que “a ‘sociedade civil’ transformou-se numa estrutura muito complexa e resistente...” (Gramsci, 1976, p. 73).

Gramsci, ao se referir às “iniciativas privadas” para caracterizar a sociedade civil, destaca essas iniciativas no terreno da atividade econômica e no das atividades político-ideológicas. Todavia, algumas formulações desse pensador, se tomadas isoladamente, deixam margem a interpretações da sociedade civil referida apenas à superestrutura. Em Buci-Glucksmann (1980, p. 99) é encontrada uma densa contribuição sobre o conceito gramsciano de sociedade civil captado em sua dupla dimensão: “Por um lado, ele diz respeito às ‘sociedades capitalistas’, ou seja, às condições de vida materiais, ao sistema privado de produção. Por outro lado, ele implica os aparelhos ideológicos-culturais da hegemonia, o aspecto educador do Estado.”

Na perspectiva de desvendar a hegemonia burguesa para melhor instrumentalizar a construção da hegemonia das classes subalternas, tendo presente a relação orgânica e dialética entre o econômico e o político-ideológico, Gramsci elabora a tese do Estado integral ou ampliado em contraposição ao economicismo e ao liberalismo. Em sua concepção sobre o Estado ampliado, o referido pensador atenta para o fato de que as funções do Estado não se resumem às atividades coercitivas desenvolvidas pelo aparato do governo executivo e instituições jurídico-policiais ou *sociedade política* = Estado no sentido estrito, mas inclui funções de consenso ou educativas a cargo dos organismos privados da sociedade civil. Assim, distingue duas esferas apenas como recurso metodológico na composição do Estado, em sentido ampliado: *sociedade política* e *sociedade civil*.

A unidade entre o Estado e a sociedade civil consubstancia-se numa relação contraditória de negação e afirmação, na qual é plasmado o conteúdo ético do Estado, base da unidade do bloco histórico. Portanto, não é o Estado que determina a sociedade civil, mas, o contrário, é a sociedade civil que o determina. É na relação entre

sociedade política e *sociedade civil*, como unidade orgânica, que Gramsci centra toda sua análise sobre os processos revolucionários (considerados na diversidade das sociedades de tipo “oriental” e “ocidental”), apreendendo a sociedade civil como a base histórica do Estado de onde emana o seu conteúdo ético. Para Gramsci

todo Estado é ético na medida em que uma das suas funções mais importantes é a de educar a grande massa da população para um certo nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, por conseguinte, aos interesses das classes dominantes. A escola, como função educativa positiva, e os tribunais, como função educativa repressiva e negativa, são as mais importantes atividades do Estado neste sentido; mas, na realidade, tendem para este fim uma multiplicidade de outras iniciativas e de outras atividades ditas privadas que formam o aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes. [...] Mas, na realidade, só o grupo social que coloca o fim do Estado e o seu próprio fim como objetivo a atingir pode criar um Estado ético,⁷ tendendo a pôr termo às divisões internas em que implica a dominação etc. e a criar um organismo social unitário técnico-moral (Gramsci apud Moget e Monjo, 1978a, p. 231-2).

A conquista do Estado pelas classes subalternas representa um momento em que essas classes, tendo já superado os interesses econômico-corporativos, alcançam uma homogeneidade entre infraestrutura e superestrutura, isto é, “o bloco histórico se torna real, torna-se um bloco histórico no poder” (Buci-Glucksmann, 1980, p. 126). Assim, sob esse ponto de vista, a problemática da ampliação do Estado

7. Apreendo nesta citação duas concepções do conteúdo ético do Estado. A primeira funda-se na ética burguesa, sustentada na lógica abstrato-formal, da qual se serve a burguesia para justificar seu projeto e sua necessidade de forjar a falsa consciência, isto é, a necessidade de ocultar a essência verdadeira da sociedade criada por ela para não tornar realmente consciência a sua situação de classe (Lukács, 1974, p. 81); a segunda traduz a ética numa visão ontológica, isto é, enraizada no movimento histórico, refletindo, portanto, a perspectiva de unidade entre a consciência e a realidade, condição necessária para a transformação social pelas classes subalternas.

incorpora a de correlação de forças, e a sociedade civil encontra-se atravessada, do econômico ao ideológico, pela luta de classes.⁸

Deste modo, a formação de uma nova cultura pelas classes subalternas só pode ser entendida no marco dos processos revolucionários da sociedade capitalista, ou seja, do conjunto das transformações estruturais e superestruturais⁹ em que a ação política direta constitui o primeiro passo no sentido da auto-realização auto-transcendente das referidas classes.

8. Com base nessas indicações, não há como reduzir a sociedade civil à instância superestrutural, subsumida ao Estado; mas ao contrário, tem-se a sua compreensão num sentido abrangente como o terreno da produção social, como: “produção capitalista de mercadorias, envolvendo o processo de trabalho; como produção das classes sociais e suas diferenciações, isto é, dos sujeitos sociais; como produção das formas de pensar e representações culturais através das quais os indivíduos sociais expressam seus modos de vida e de trabalho” (Iamamoto, 1993, p. 112).

9. Encontro em Mészáros (1993) elementos que clarificam a relação dialética entre estrutura e superestrutura no estudo sobre o desenvolvimento da consciência de classe — eixo central da formação de uma cultura. O autor recorre a Marx e a Gramsci para elucidar polémicas economicistas e voluntaristas presentes na relação entre necessidade histórica e consciência de classe no processo de constituição do proletariado como classe para si. Menciona a tese marxiana referente à tarefa histórica do proletariado, isto é, “do que o proletariado é, e o que, de acordo com este ser, ele será historicamente forçado a fazer”, para desfazer equívocos mecanicistas em relação aos fundamentos econômicos como determinantes fundamentais, isto é, “determinantes determinados”. Neste sentido, ressalta que “as afirmações de Marx sobre o significado ontológico da economia só fazem sentido se formos capazes de apreender sua ideia de ‘interações complexas’ nos mais variados campos da atividade humana. Desse modo, as várias manifestações institucionais e intelectuais da vida humana não são simplesmente ‘construídas sobre’ uma base econômica, mas também estruturam ativamente essa base econômica através de uma estrutura própria, imensamente intrincada e relativamente autônoma” (Mészáros, 1993, p. 75-7). Neste mesmo movimento, destaca o fundamento da tese gramsciana da necessidade vital do desenvolvimento da consciência de classe como força, sem a qual as contradições engendradas pelo capitalismo não são suficientes para desencadear a transformação da práxis. “Pode-se excluir a ideia de que, por si só, as crises econômicas produzem diretamente eventos fundamentais; elas podem apenas criar circunstâncias mais favoráveis para a propagação de certas maneiras de pensar, de colocar e resolver questões que envolvem todo o desenvolvimento futuro da vida do Estado. O elemento decisivo em toda a situação é a força, permanentemente organizada e preordenada por um longo período, que pode ser utilizada quando julgar que a situação é favorável (e ela é favorável apenas até ao ponto em que esta força exista e seja plena de ardor combatente); portanto, a tarefa essencial é a de atentar, paciente e sistematicamente, para a formação e o desenvolvimento dessa força, tornando-a até mesmo mais homogênea, compacta, consciente de si mesma” (Gramsci, 1957, apud Mészáros, 1993, p. 75-6).

Determinada cultura, como totalidade, expressa-se no bloco histórico, ou seja, na unidade orgânica entre a estrutura e a superestrutura sob a hegemonia de uma determinada classe. Isto fica demonstrado na análise gramsciana sobre o americanismo/fordismo — exemplo da cultura constituída sob a hegemonia da burguesia industrial americana. O nexa entre estrutura e superestrutura efetiva-se pela mediação do trabalho dos intelectuais. Gramsci (1976, p. 396) liga a noção de cultura a modo de vida, encontrando suas raízes na base econômica, nos métodos de trabalho. “Os métodos de trabalho são indissoluvelmente ligados a um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro.”

Nestes marcos, define-se o princípio educativo numa adequação do processo político-ideológico formador de um modo de vida — cultura — às necessidades e imperativos de um tipo de racionalização produtiva e do trabalho. Esta racionalidade é produto do movimento contraditório entre estrutura/superestrutura, em suas expressões particulares, em um momento histórico específico. Trata-se, segundo entendimento fundado em Gramsci, de um conformismo social determinado historicamente, que supõe certo equilíbrio psicofísico que pode ser imposto pelos interesses da acumulação do capital sobre as classes subalternas e, por isso, base de uma cultura subalternizante dessas classes, ou estabelecido pelas citadas classes, conformismo próprio, que, assim, é base da organização de uma cultura emancipatória.

Deste modo, sob o ponto de vista do padrão fordista/taylorista na organização do americanismo como hegemonia e cultura, esse princípio expressa-se como um conformismo mecanicista, supondo um equilíbrio psicofísico puramente mecânico. Este equilíbrio significa “desenvolver ao máximo, no trabalhador, as atitudes maquinais e automáticas, romper o velho nexa psicofísico do trabalho profissional qualificado que exigia uma determinada participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto maquinial” (Gramsci, 1976, p. 397). O referido conformismo consubstanciou a formação de um novo homem, bem traduzido na metáfora taylorista do “gorila ames-

trado.” Portanto, não se expressando numa “segunda natureza”,¹⁰ visou impedir o colapso fisiológico do trabalhador esgotado pelo novo método de produção, método este que propugna, assim, um humanismo esvaziado de humanidade.

O estabelecimento de um novo conformismo surgido das classes subalternas — um tipo diferente e indubitavelmente superior — supõe um novo equilíbrio psicofísico, em que a coerção interna de organização do eu interior é parte de um novo tipo de humanismo. Este conformismo proposto pelos próprios trabalhadores coloca-se na base de uma nova sociedade, supondo meios próprios e originais de constituição. Trata-se de um “conformismo dinâmico que não somente adapta o indivíduo ao ambiente, mas o educa para dominá-lo. Graças a esse conformismo, o automatismo converte-se em liberdade, a liberdade converte-se em responsabilidade e personalidade” (Manacorda, 1990, p. 283). O novo conformismo é, portanto, elemento de uma nova sociabilidade — a socialista. A análise gramsciana reconhece, assim, a existência histórica do conformismo como um custo a pagar por todo o progresso. Não é o conformismo o problema, mas quem o exerce.

Destes marcos, são extraídos os pressupostos básicos de toda esta pesquisa sobre a função pedagógica do assistente social na sociedade brasileira. Tais pressupostos, em síntese, indicam que a função pedagógica do assistente social na sociedade capitalista, em sua fase monopólica, define-se e consubstancia-se no terreno da elaboração e difusão de ideologias na organização da cultura — condição e horizonte da construção das relações de hegemonia no cotidiano das classes sociais em confronto, e que esta mesma função objetiva-se por meio de estratégias de articulação entre interesses econômicos, políticos e ideológicos de uma classe, constituindo formas de pensar e agir próprias de determinado modo ou sistema de vida, em que a formação de subjetividades e normas de conduta são elementos moleculares.

10. Segundo a referência gramsciana, a “segunda natureza” diz respeito ao desenvolvimento de uma sociabilidade emancipada em que a necessidade se converte em liberdade.

O presente esforço de apropriação no plano do pensamento da função pedagógica do assistente social como processo concreto, de forma mais aproximada da realidade, desenvolve-se a partir de mediações que concretizam a prática profissional na sociedade brasileira, considerando sua inscrição, como já mencionado, fundamentalmente no campo das políticas sociais públicas e privadas, principalmente as de corte assistencial e de formação e gestão de recursos humanos, e nos processos de luta e resistência das classes subalternas, na garantia de sua reprodução plena e constituição autônoma como classe contraposta à ordem do capital. Essa função é entendida em sua inscrição no movimento contraditório de reestruturação das bases político-culturais das relações de hegemonia como elemento constitutivo desse movimento e por ele constituído.

Tais relações são afetadas, nas duas últimas décadas, pelas expressões particulares da crise mundial do sistema capitalista no contexto brasileiro e pelas saídas forjadas pelo capital sob a égide da ideologia e programática neoliberais, bem como pelos processos de luta e resistência das classes subalternas, considerados em seus avanços e refluxos. Esses processos põem/repõem contraditórias necessidades e demandas sociais que repercutem na conformação e significado histórico das mediações constitutivas do campo interventivo em que se insere o Serviço Social.

Portanto, pensar a função pedagógica do assistente social na sociedade brasileira significa apreendê-la considerando suas determinações históricas, isto é, as condições de sua constituição e desenvolvimento no processo de recomposição das bases político-culturais das relações de hegemonia. Um pressuposto básico é que as distintas perspectivas societárias colocadas pelas classes sociais imprimem orientações diferenciadas quanto à organização/reorganização da cultura.

No quadro das transformações atuais na sociedade brasileira, interessa-me desvendar as inflexões na área do Serviço Social, considerando as repercussões das alterações registradas no campo interventivo em que se insere a prática profissional na constituição do espaço ocupacional e das competências profissionais. Essas referências

são consideradas fundamentais nesta obra na apreensão da função pedagógica do assistente social.

Os espaços ocupacionais correspondem às instâncias socioinstitucionais por meio das quais a prática do assistente social se objetiva como parte das respostas a determinadas requisições colocadas pelas classes sociais no enfrentamento da questão social. Tais requisições materializam-se sob formas de atribuições mobilizadoras do desenvolvimento de competências profissionais — respostas técnico-político-pedagógicas à referida questão social. Importa considerar que a relação entre as requisições e as respostas profissionais não é mecânica nem imediata, pois supõe o desenvolvimento teórico-metodológico e político-ideológico da profissão para a construção de respostas em determinada direção histórica.

A questão social é, aqui, considerada em suas expressões no contexto da sociedade capitalista, como produto das contradições engendradas historicamente pelas relações capital *versus* trabalho, que se expressam no conjunto dos problemas sociais, econômicos e políticos e nas formas de intervenção do Estado e da sociedade civil sobre os mesmos. Deste modo, reafirmando o já mencionado, a função pedagógica da prática do assistente social vincula a profissão ao movimento de formação da cultura.

Sob o ponto de vista dos interesses do capital, a reconstituição do seu projeto de hegemonia consubstancia-se em todo o processo de reestruturação econômica e político-cultural da sociedade capitalista face ao esgotamento mundial do padrão fordista/taylorista de produção, sob a regulação do Estado nos moldes keynesianos. Tal processo tem sua base material nos ajustes macroeconômicos e reformas institucionais sob a égide das ideias e programáticas neoliberais, acompanhados de inovações técnico-organizacionais dos processos de produção e trabalho, consubstanciados nos avanços tecnológicos e informacionais. Essas alterações nos processos produtivos engendram a chamada *acumulação flexível* (Harvey, 1994) — sustentáculo de um reordenamento econômico, político e social que se traduz em novos padrões de acumulação e de sociabilidade.

Nestes parâmetros, as políticas sociais, principalmente as de corte assistencial, integram o movimento de reprodução do capital. Deste modo, concordo que problematizar a assistência nos marcos da crise atual, como assinala Mota (1995, p. 42),

significa discuti-la no contexto das medidas de enfrentamento da crise que, invariavelmente, passam por estruturações da base produtiva, pela desvalorização da força de trabalho e pelo redirecionamento dos mecanismos de regulação estatal. De igual modo significa reconhecer que as consequências objetivas dessas iniciativas visando o enfrentamento da crise apontam para a penalização dos trabalhadores principalmente, porque implicam desemprego, redução dos salários e cortes de despesas com seguridade social.

Tais medidas atingem a materialidade e a subjetividade da classe trabalhadora (Antunes, 1995), posto que visam garantir a reprodução ampliada do capital, a partir da intensificação das formas de exploração do trabalho, remoção da base material de organização e representação da referida classe, bem como erradicando os mecanismos democráticos de regulação do movimento do capital.

Para a classe trabalhadora, a perspectiva de formação de uma nova cultura vincula-se ao processo de sua organização como classe, no movimento mais amplo da constituição de sua hegemonia na sociedade. As bases materiais de organização dessas classes encontram-se profundamente debilitadas, conforme indicações acima assinaladas, que enfraquecem também o seu projeto de emancipação econômica, política e social (emancipação humana). A esta classe impõem-se ao mesmo tempo a luta pela garantia de meios à própria reprodução material e subjetiva, ou seja, ao seu pleno desenvolvimento físico e intelectual, e a luta pela reconstituição da sua identidade de classe, ou seja, sua recomposição como força política — sua subjetividade, subjetividade esta profundamente inflexionada pela nova materialidade da classe — configurada pela complexidade, heterogeneidade e fragmentação do conjunto dos trabalhadores (Antunes, 1995), características do novo perfil da referida classe na atualidade.

Essas frentes de luta compõem o amplo processo de intervenção ativa das classes subalternas no movimento histórico, na perspectiva da emancipação humana.

Sob esse ponto de vista, a problematização da assistência remete ao debate sobre as contradições presentes nessa modalidade de intervenção, face às necessidades e interesses dessas classes, na medida em que é uma construção social enraizada historicamente no processo de reprodução das desigualdades, atualizando-se na sociedade capitalista como uma estratégia direcionada à reprodução da força de trabalho e ao controle social pelo capital. Significa dizer que a assistência social, por um lado, constitui-se como possibilidade de acesso a bens e serviços, atendendo, ainda que de forma precária, a interesses imediatos, principalmente referidos a necessidades de natureza material das classes subalternas. Restringe-se à satisfação de necessidades de subsistência física, sob o controle do capital, ou seja, à sua reprodução na condição de explorada e dominada, não respondendo, portanto, às suas necessidades de desenvolvimento humano e de emancipação. Por outro lado, de forma paradoxal, tem sido requisitada por essas mesmas classes, constituindo-se um direito cuja garantia tem se colocado como “parte do movimento mais amplo de luta pela afirmação e expansão dos direitos sociais” (Raichelis, 1998, p. 160).

Em Marx (1989), os meios de subsistência física do trabalhador correspondem ao sentido mais estrito dos meios de vida. No sistema capitalista, as formas de estranhamento, próprias da produção da mais-valia, traduzem a contraditoriedade entre a produção de necessidades múltiplas e ricas só alcançadas a partir desse sistema e o crescente empobrecimento do homem, convertendo aquele que trabalha em ser isento de necessidades. Significa dizer que nesse processo ocorre a homogeneização e redução das necessidades do trabalhador, que deve privar-se de todas as suas necessidades para poder satisfazer uma só: manter-se vivo.

Assim, a questão da assistência social é entendida em suas dimensões de natureza econômica, política e cultural, tendo como base

ontológica a necessidade do sistema capitalista de reprodução das desigualdades sociais e de controle social sobre as classes subalternas e, contraditoriamente, o desenvolvimento das condições concretas de contestação e superação dessa necessidade histórica, postas pelas contradições do movimento da sociedade, que ensejam a luta das classes subalternas na perspectiva de sua emancipação.

Em suma, o objetivo desta obra é configurar a função pedagógica do assistente social em seus vínculos com as estratégias de assistência social e com os processos organizativos e lutas sociais das classes subalternas na sociedade brasileira, ao longo de sua trajetória, apreendendo na última década as tendências dessa função na organização/reorganização da cultura pelas classes sociais.

O Serviço Social desde a sua emergência na sociedade capitalista, integrado aos programas de assistência social — um dos canais de operacionalização das iniciativas “educativas” do sistema fordista/taylorista de organização da produção e do trabalho, base material e ideológica do americanismo —, participa, predominantemente, dos processos de constituição da cultura dominante, contribuindo para o estabelecimento das mediações entre necessidades sociais e o controle social sobre as classes subalternas pelo capital, como forma de neutralização da luta pela emancipação humana (econômica, política e social), missão histórica das referidas classes.

As mediações entre a satisfação das necessidades sociais e o controle social constituem uma instância privilegiada de expressão das contradições constitutivas da questão social, sendo, portanto, consideradas aqui como o eixo central da objetivação da função pedagógica do assistente social nas relações sociais.

As necessidades sociais na sociedade capitalista tendem a ser reduzidas a demandas da classe dominante manifestas no mercado, isto é, definidas a partir dos interesses do capital, em detrimento da satisfação das necessidades relacionadas ao desenvolvimento humano — aos meios necessários a uma vida plena de sentidos. Deste modo, como afirma Heller (1978, p. 82), “a ‘necessidade social’ referida à demanda é portanto mera aparência que não expressa as necessidades

sociais ‘reais’ da classe trabalhadora, e inclusive as ‘transfigura’ em seu contrário”.¹¹

Deste modo, tais necessidades podem ser entendidas como elementos historicamente construídos, traduzindo as condições concretas como são produzidas/reproduzidas e satisfeitas, em diferentes épocas e espaços. Na sociedade capitalista vêm sendo configuradas a partir de um sistema de necessidades alienado, em que as necessidades das classes subalternas tendem a ser consideradas limites da riqueza e, por isso, reduzidas à esfera de subsistência física, cuja satisfação subsume-se ao controle social exercido pelo capital.¹²

O capital é em si, como afirma Mészáros (1987, p. 71), um modo de controle, por princípio incapaz de prover uma racionalidade abrangente de um adequado controle social em relação à prevalência da existência humana sobre a particularidade de seus próprios interesses. O adequado controle social, a partir do autor citado, trata-se de um novo modo de garantir a satisfação das necessidades, inerente à racionalidade de “uma economia socialista, centrada numa significativa economia da atividade produtiva, pedra angular de uma rica realização humana, numa sociedade emancipada das instituições de controle alienadas e reificadas”.

Tal perspectiva, como assinala o mesmo autor, define-se a partir das contradições próprias dos processos de dominação e expansão, sem obstáculos, das estruturas e mecanismos capitalistas. Esses processos inerentemente irracionais de controle estão encontrando sérias resistências nas formas de pressão, resultantes dos imperativos elementares da simples subsistência humana. Isto coloca como imperativo que os homens devem modificar “de cima para baixo” as

11. Trecho traduzido por mim.

12. Concordo com a análise de Mota e Amaral (1998, p. 25), quando consideram que a identificação das demandas postas no mercado profissional de trabalho dos assistentes sociais não encerra o desvelamento das reais necessidades que as determinam. Apontam ainda que as citadas demandas, a rigor, “são requisições técnico-operativas que, através do mercado de trabalho, incorporam as exigências dos sujeitos demandantes. [...] elas comportam uma verdadeira ‘teleologia’ dos requisitantes a respeito das modalidades de atendimento de suas necessidades”.

condições de sua existência, e, conseqüentemente, todo o modo de ser. Trata-se da crise do sistema de controle social do capital, posto que totalizante e deslocado do corpo social, é racionalmente incontrollável e por isso mesmo destrutivo. Essas condições determinadas pelos limites próprios do sistema capitalista apontam a contradição entre a perda do poder de controle do capital sobre o metabolismo social e a forma vigente de controle bem como favorecem a expansão da ideia de construção de um sistema de controle alternativo pela classe trabalhadora (Mészáros, 1987, 1999). O controle social é aqui considerado como um sistema articulado, conscientemente coordenado para obter a satisfação de necessidades sociais a partir de certa racionalidade, tendo em vista um determinado conformismo social.

O Serviço Social, no bojo das mediações entre necessidades sociais e os sistemas de controle social, constitui-se, predominantemente, como elemento integrado aos processos de afirmação da cultura dominante, como parte das estratégias político-culturais de subalternização das classes detentoras da força de trabalho. No contexto da crise atual da referida cultura, intensificada com as medidas neoliberais adotadas pelo capital para o seu enfrentamento, essa profissão tende a um redimensionamento de sua função pedagógica tradicional, refletindo o movimento mais amplo de recomposição das bases político-culturais das relações de hegemonia exercidas pelo capital sobre o conjunto da sociedade.

Todavia, nas últimas quatro décadas, na contracorrente desse processo, vem avançando na sociedade brasileira a construção de um projeto profissional vinculado a uma perspectiva emancipatória das classes subalternas. Essa perspectiva funda-se na negação da citada cultura; portanto, tal projeto inscreve-se no movimento em que se gesta a construção de uma nova e superior cultura pelas referidas classes.

Face ao exposto, a presente investigação é conduzida pelas seguintes hipóteses gerais: a primeira indica que o Serviço Social, na sociedade brasileira, institucionaliza-se e desenvolve-se como profissão de cunho educativo, nos marcos sócio-históricos que peculiarizam

a organização, difusão e crise da cultura — engendrada a partir dos interesses do capital, com ênfase da chamada cultura do bem-estar —, identificando-se perfis pedagógicos diferenciados na mencionada trajetória profissional; e a segunda sugere que esses perfis reatualizam-se nos anos 1990, refletindo a necessidade de organização/reorganização da cultura nos marcos da crise estrutural do capital e das saídas dadas à mesma, sob a orientação neoliberal, face às peculiaridades, no país, da crise cultural que se intensifica a partir de então, o que supõe a reconstituição dos princípios educativos pelas classes sociais.

No desenvolvimento do processo de pesquisa são privilegiados dados secundários; eventualmente são procedidas entrevistas com profissionais para clarificação e ampliação dos dados levantados na bibliografia específica do Serviço Social. O universo empírico da pesquisa abrange inicialmente uma vasta produção em que compõem elaborações clássicas, principalmente de origem brasileira e norte-americana; trabalhos sobre o processo de institucionalização da profissão e sobre prática profissional na sociedade brasileira nos anos 1970, 1980 e 1990 e, ainda, análises sobre o movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina e no Brasil. Deste primeiro recorte constam livros, artigos em revistas especializadas, teses de doutorado e dissertações de mestrado¹³ em Serviço Social, resumos publicados em anais dos nove Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS), bem como dos três últimos Encontros de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)¹⁴ e do segundo Seminário Nacional sobre Serviço Social e Seguridade Social. Inclui também documentos históricos sobre a prática profissional, a maior parte publicada pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), bem como

13. As teses e dissertações levantadas referem-se ao período 1990-97, com base em cadastro realizado sob a coordenação da professora Kameyama (1996). Este trabalho foi atualizado em 1998.

14. Foram realizados sete Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), no país. Entretanto, só nos três últimos o conteúdo das comunicações (resumos ou trabalhos completos) foi divulgado sob forma de anais, ou seja, dos eventos realizados em 1996, 1998, 2000.

documentos oficiais da profissão, produzidos nas duas últimas décadas. Com base numa primeira leitura sobre essas referências seleciono as fontes de pesquisa que são ampliadas no decorrer da investigação. Desenvolvo, então, um mapeamento de evidências empíricas do objeto de estudo norteado por um quadro analítico, cuja articulação substancia toda a análise.

O quadro analítico contempla as seguintes relações temáticas constitutivas do núcleo central — Serviço Social/cultura —, em que se funda a reconstrução do objeto em estudo: trabalho/consciência de classes; princípio educativo/organização da cultura/relações de hegemonia; necessidades sociais/controle social/prática do assistente social; espaços ocupacionais do assistente social e competências profissionais.

A sistematização dos resultados da análise está organizada nos três capítulos que compõem o conteúdo deste trabalho.

O primeiro expõe os resultados da análise concernentes a uma demarcação das bases sócio-históricas do conformismo mecanicista como princípio educativo na institucionalização do Serviço Social na sociedade capitalista, tendo a organização do americanismo como ponto de partida. São também apontadas indicações da atualização deste princípio considerando a experiência do *Welfare State* em países avançados, tendo o compromisso fordista/keynesiano como referência central. Neste esforço, o citado princípio é apreendido em sua constituição histórica, bem como são analisadas condições materiais e intelectuais básicas do desenvolvimento do Serviço Social como mecanismo pedagógico auxiliar na organização e difusão da cultura dominante. Assim, são identificados os principais vetores e elementos constitutivos do conformismo mecanicista e suas implicações na função pedagógica do assistente social.

O segundo capítulo traz uma configuração de três perfis pedagógicos identificados na constituição do Serviço Social na sociedade brasileira, considerando a relação profissional a partir de estratégias educativas denominadas como pedagogias da “ajuda”, da “participação” e da perspectiva de construção de uma pedagogia emancipatória

pelas classes subalternas. Tais perfis não expressam modelos ou recortes acabados que se sucedem na história da profissão, mas indicam tendências em construção/reconstrução permanente, revelando os vínculos profissionais com processos contraditórios de organização da cultura.

O terceiro capítulo sintetiza os resultados da análise sobre tendências atuais da função pedagógica do assistente social na sociedade brasileira, privilegiando redimensionamentos profissionais em experiências significativas no referido contexto. São consideradas como referências fundamentais as atualizações das estratégias pedagógicas na organização/reorganização da cultura pelas classes sociais, a partir da recomposição de diferentes princípios educativos. São demarcadas, então, metamorfoses da “ajuda” e da “participação” que sinalizam para uma reatualização da função pedagógica tradicional do assistente social, bem como desafios da construção de uma pedagogia emancipatória, apreendidos entre o horizonte da cidadania burguesa e o da superação da ordem capitalista.

Nas considerações finais, recupero indicações centrais desses resultados, que apontam para o significado histórico da prática pedagógica do assistente social ao longo do seu desenvolvimento na sociedade brasileira, como parte do conjunto das relações político-pedagógicas constitutivas do movimento da organização/reorganização da cultura pelas classes sociais.